melgaço município

Assembleia Municipal

Ata

Sessão de Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão Ordinária nº 9
de 23 - 02 - 2019

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	**Cargo**	**P/F**
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	**P**
Carla Maria Esteves Lima	1º Secretário	**P**
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	**P**

Membros Eleitos	**P/F**	**Presidentes de Juntas de Freguesia**	**P/F**
José Albano Esteves Domingues	**P**	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	**P**
Manuel Luís Domingues Gonçalves	**P**	José Carlos Gonçalves	**P**
Daniel Araújo da Rocha a)	**P**	David Manuel Barbeitos	**P**
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	**F**	José Augusto Bravo d)	**P**
Catarina Aurora Rodrigues Mira	**P**	Agostinho Alves	**P**
Manuel Cândido Afonso b)	**P**	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	**P**
Carlos Alberto Codesso	**F**	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	**P**
Daniel Araújo da Rocha b)	**P**	José da Ascensão Afonso	**P**
António Manuel Domingues	**P**	Alfredo Domingues	**F**
Tiago José Baleixo Lourenço	**P**	Amadeu Esteves	**P**
Manuel António Fernandes	**P**	Marco Afonso e)	**P**
Carla Sofia de Abreu	**F**	Maximiano José Calheiros Gonçalves	**P**
António José Gomes Nabeiro	**P**	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	**P**
João Francisco Domingues Gonçalves c)	**P**		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	**P**		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	**P**		
António Manuel Vieira	**P**		
Paulo Jorge Azevedo	**P**		

P-Presença **F-Falta**

a) Substitui Jorge Renato Vieira Ribeiro
b) Substitui Manuela Maria cortes Lobato
c) Substitui Vânia Cristina Barros Faria Dantas
d) Substitui José Luís de Outeiro
e) Substitui Ricardo Jorge Alves

Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues, Carlos Alberto Codesso e Carla Sofia de Abreu.

A Presidente da Assembleia colocou as duas propostas de ata à discussão, tendo pedido a palavra o deputado José Albano Domingues, para dar as boas-vindas aos novos deputados substitutos e seguidamente fazer alguns reparos às mesmas os quais foram corrigidos. De seguida parabenizou o redator da Ata de 7/12/2018, cuja leitura, e contrariamente ao que tem acontecido noutras ocasiões, perpassa uma linearidade na prosa e na linguagem utilizada e um evidente cuidado, de imparcialidade, e de descrição fiel e fidedigna, independentemente de quem haja sido o autor das intervenções aí relatadas.

Por fim as atas, foram postas à votação tendo a ata de 07/12/2018 sido **aprovada por unanimidade** e a ata de 28/01/2019 **aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Francisco Reis Lima e Pedro Silva por não terem estado presentes**.

Assunto nº 76	**Período de "Antes da Ordem do Dia".**

Aberto este período de "antes da ordem do dia", pela Presidente da Mesa da Assembleia, solicitaram da palavra os deputados: Maximiano Gonçalves, Paulo Azevedo, Diogo Castro, Rui Pinho, José Albano Domingues e Manuel Fernandes.

A Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao deputado Maximiano Gonçalves, que fez uma pequena intervenção para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que fizesse um esclarecimento sobre empreitada da obra na rua Fonte da Vila que, como se constata, está parada e segundo consta, o empreiteiro já saiu dessa obra.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Paulo Azevedo que falou do nevão que aconteceu este mês de fevereiro em Castro Laboreiro. Começando por ressalvar o fantástico trabalho que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal têm feito quanto à limpeza das estradas, sendo bem limpas e com bastante antecedência. Realçou que estamos numa era tecnológica, onde as redes sociais têm um ponto muito importante e nestes últimos tempos sempre que cai neve, Castro Laboreiro, normalmente no Domingo, recebe muitos visitantes, o que causa grandes transtornos para alguns turistas, alguns visitantes e sobretudo para a população local, isto porque o trânsito fica congestionado de uma forma que não é agradável para ninguém. Sugeriu de seguida que para além do fantástico trabalho de limpeza, se criem duas zonas de estacionamento: uma no final da reta de Lamas de Mouro, que tem um espaço grande, quem sobe para as eólicas e outra na zona das Veigas, e através de sinaléticas ou meios humanos, nesses dois pontos fosse proibido parar, para o trânsito fluir normalmente. Ressalvou ainda que nas Veigas tem um ponto de estrada que liga a Castro Laboreiro e se o trânsito nessa zona se pudesse fazer apenas pela faixa da direita, facilitava o fluir do trânsito.

A Presidente da Assembleia deu, de seguida, a palavra ao deputado Diogo Castro que começou por elogiar o executivo pela excelente obra da ETAR da Zona Industrial de Penso. Uma ETAR que iniciou o seu projeto em 2015, foi adjudicada a obra em 2017 e concluída em 2019; uma ETAR totalmente renovada, com tecnologia de ponta, que serve as populações de Alvaredo e Penso, as empresas existentes na atual Zona Industrial e as adegas existentes no Município que para lá podem levar os seus resíduos. De seguida, lamentou não ter visto ninguém da oposição presente na inauguração. Na altura da campanha eleitoral tinham feito lá uma sessão fotográfica, parecendo bem atentos, mas nessa altura a ETAR, já tinha sido adjudicada e segundo o deputado tinha sido de "bom tom", que toda a gente estivesse presente na inauguração de um equipamento como este, tão importante para Melgaço. Deixou ainda uma palavra de elogio e de agradecimento em seu nome e da população de Alvaredo, pela proximidade que o executivo da Câmara Municipal tem tido, com a população da freguesia. Quando iniciaram o projeto sobre a Zona Empresarial de Alvaredo, conversou com o senhor Presidente e pediu que tudo que fosse apresentado, fosse feito de forma clara e transparente e em Alvaredo. Em 25 de Janeiro de 2019 tiveram a segunda reunião em Alvaredo e de forma clara conversaram com as pessoas, mostraram um pré-projeto que existe para a Zona Empresarial de Alvaredo, ouviram as pessoas, ouviram algumas preocupações de investimentos que podem ser criados perto da Zona Empresarial de Alvaredo e que numa fase do pré-projeto poderão ainda ser limadas algumas arestas, podendo chegar a um consenso, donde todos sairão a ganhar.

Por fim, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse um esclarecimento, sobre o ponto de situação em relação à Zona Empresarial de Alvaredo.

De seguida, foi dada a palavra ao deputado Rui Pinho que iniciou a sua intervenção começando por solicitar à mesa toda a documentação relativa ao caderno de encargos da empresa que está a gerir o espaço das Termas do Peso, assim como o processo do respetivo concurso, uma vez que tem sido interrogado por várias pessoas sobre a situação das mesmas e sente-se incapaz de prestar esclarecimentos uma vez que não estava na Assembleia quando foi feita a adjudicação à empresa que está a gerir este espaço. Depois, passou a falar da situação da freguesia de Paderne e do seu executivo e começou por dizer que não há memória na freguesia de Paderne, nem no concelho de Melgaço, sobre o que se está a passar hoje nesta freguesia ou seja toda a oposição se ter demitido numa Assembleia, não entendendo essa postura. Recordou que em tempos houve uma junta de freguesia que estava a governar em minoria e fez o mandato até ao fim, porque talvez a oposição fosse bem mais responsável, do que a atual. O candidato que o apoiou para tomar posse, apoiou-o para que pudesse ser eleito, apenas cumprindo o acordo que ambos tinham feito. No dia das eleições convidou o cabeça de lista do Partido Socialista, que ficou em segundo lugar para vários cargos (secretário, tesoureiro, presidente da assembleia) e ele não aceitou, convidou-o para participar no plano de atividades para 2018 e também não aceitou. O que fez foi passado um ano, demitir-se, coagindo os outros elementos a fazerem o mesmo, só que "o tiro está a sair-lhe pela culatra" porque os Padernenses estão revoltados com toda a oposição. A freguesia está completamente parada, estando a perder serviços, como aconteceu com o posto dos correios que funcionou em Paderne durante várias décadas. Está encerrado, muito por culpa da oposição da

Junta de Paderne, porque a Junta de Freguesia propunha-se ficar a gerir o posto de correios, na sua sede, onde tinha todas as condições (edifício e funcionária), e tal não é possível porque a assembleia não tem quórum, para funcionar e era necessário uma deliberação para autorizar que o posto de correios funcionasse na sede da Junta de Freguesia. A população está revoltada, porque sabe da vontade em manter lá o posto. Foi no dia 29 de dezembro na última Assembleia, que os elementos das duas listas opositoras decidiram demitir-se, alegando que havia pouca obra na freguesia. O Deputado Rui Pinho prosseguiu a sua intervenção dirigindo-se ao Presidente da Câmara para que o esclarecesse sobre as insinuações político-partidárias que foram feitas pelos deputados da oposição na última Assembleia de Freguesia, onde os mesmos se demitiram e perante uma Assembleia bastante concorrida, afirmaram que Paderne estaria a ser prejudicada porque a Junta de Freguesia não era da mesma cor que a Câmara Municipal. Questionou ainda se a Junta de Freguesia de Paderne, está a ser alvo de represálias por parte da Câmara Municipal de Melgaço, por ter recorrido à justiça na defesa de direitos de moradores, num processo que envolvia o licenciamento dado pela arquiteta da Câmara, para a construção de um muro sobre um caminho público, pondo em perigo a saúde e segurança de pessoas e bens daquele lugar. O deputado Rui Pinho quis deixar claro nesta Assembleia que as pretensões da Junta de Freguesia, sobre este processo, foram todas elas alcançadas e deferidas pelo tribunal. Afirmou ainda, que tem sido apanágio da oposição usar a calúnia e a mentira para o atingirem pessoalmente, usando a sua vida pessoal e familiar assim como o Centro Social de Paderne, do qual é Presidente. Uma Instituição que tem vindo a desenvolver um trabalho meritório na comunidade, empregando mais de 30 pessoas e apoiando mais de 60 utentes. Gostaria que sobre este último assunto, as águas fossem separadas pelo executivo da Câmara Municipal, não tendo dúvidas que assim o farão. Assim, gostava que o acordo que foi feito entre a Direção do Centro Social e o Senhor Presidente, há cerca de 15 dias, referente à doação das instalações onde funciona o centro, a exemplo do que já aconteceu com outras instituições do concelho, seja uma realidade. Denunciou também, as insinuações de um deputado demissionário à Assembleia de Freguesia, que anda a afirmar que o Centro Social de Paderne não irá participar na Feira do Alvarinho, aguardando que não corresponda à verdade, esperando que se separem as águas e que não seja motivo de vinganças políticas. Relativamente ao que foram acusados, de não fazerem obras, informou que fizeram um comunicado à população, onde constam 16 fotografias de obras que foram feitas em Paderne, terminando por citá-lo. Terminou deixando algumas reflexões: "podemos nós Padernenses, confiar politicamente, nas pessoas que abandonam ou não aceitam os cargos para que foram eleitos e deixam a nossa terra nessa situação, que nos prejudica gravemente? Estarão por detrás interesses político-partidários? Não queremos acreditar nisto. Estamos verdadeiramente cientes dos interesses ilegítimos e obscuros que estão por detrás desta golpada política, para fazer cair a junta de freguesia? Quem são as pessoas que beneficiariam com esta situação? Talvez se houver eleições, saberemos quem são e quais os seus verdadeiros interesses.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, que começou por responder ao deputado Diogo Castro, dizendo que os membros da Assembleia não são profissionais da causa pública e política, se o legislador quisesse que assim fosse, teria criado condições remuneratórias para que fosse possível. Obviamente que há inaugurações que são agendadas para tempo e horas, em que não é possível, por afazeres profissionais, marcar presença, ao contrário, e com todo o respeito pela figura de colaboradores ou funcionários da Câmara, que lhes é permitido às 11 da manhã de uma sexta-feira, estar numa inauguração destas. O deputado Diogo Castro, não é funcionário camarário, mas, atendendo ao cargo que desempenha como Presidente da Junta, teria de estar presente. Também gostaríamos de estar presentes, mas não foi possível. Disse também que o papel da oposição, relativamente a esta infraestrutura foi feito, estando extremamente contentes que tenha sido realizada, e só é pena não ter sido antes. Foi dito reiteradas vezes durante a campanha, que era uma vergonha, uma das portas para o concelho de Melgaço, estar na situação em que estava. O deputado José Albano Domingues prosseguiu a sua intervenção para falar de um assunto que contende não apenas com as reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara, mas que é transversal a muitos órgãos, designadamente aonde estão também presentes os senhores Presidentes de Junta, pelo que se afigura da maior importância tratar tal assunto nesta sede, em ordem até a que possa ajudar ao correto funcionamento dos órgãos autárquicos. Pediu que todos assumamos esta discussão com elevação, sem melindres nem melodramas de ordem alguma, e sem nos sentirmos afetados ou atingidos nas nossas suscetibilidades individuais. Como sabem, temo-nos sistematicamente debatido para que a convocatória e a documentação referente à ordem dos trabalhos seja distribuída aos eleitos locais com a maior antecedência possível. No tocante à Assembleia Municipal, reconhecemos que o prazo, mínimo, de 2 dias úteis, vem sendo respeitado, havendo até, nas situações em que tal se tem afigurado possível (por não estar dependente da votação de assuntos em reuniões da Câmara que depois são também trazidos à Assembleia), o cuidado de alargar tal prazo, como é desejável. E mesmo quando tal alargamento não é possível tem havido uma atenção, da parte da senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em dar uma justificação ou satisfação à bancada da Coligação, o que é louvável. Certo é, que se afigura extremamente curto, exíguo, o prazo de dois dias para, e dando-se como exemplo o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), contendo centenas de páginas, que consta da ordem de trabalhos, se poder ler, atentamente, toda a documentação, e preparar, convenientemente, as intervenções. Insistimos nisto porque o legislador positivou este prazo como o mínimo indispensável para que os membros dos órgãos possam estudar os dossiers, preparar devidamente as reuniões, discutir com profundidade os assuntos, tomar uma posição consciente sobre cada tema, e contribuir, de uma forma avisada e esclarecida, para as melhores apreciações e decisões possíveis. Há, de facto, razões e interesses de ordem pública na fixação desse prazo mínimo. E não se venha objetar com o facto de se não ter culpa que os eleitos locais tenham os seus afazeres, as suas lides e ocupações. É que, com a exceção do senhor presidente de

Câmara e dos senhores vereadores a tempo inteiro, ninguém mais, dos vereadores e deputados, se pode dar ao luxo de não ter de desempenhar as suas profissões. E faz-se esta chamada de atenção, muito atual, concretamente por causa das reuniões da Câmara Municipal, aonde nem sequer o prazo de 2 dias úteis vem sendo respeitado.

O deputado deu como exemplo o sucedido com a última reunião camarária, do passado dia 20 de fevereiro, com relação à qual os senhores Vereadores receberam a ordem de trabalhos já na segunda-feira, por volta das 15:30 horas. Atendendo no que refere, a este propósito, a Lei 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), no artigo 53º, nº 2: "*A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação*". E atente-se, depois, no que diz o artigo 87º do Código de Procedimento Administrativo, que rege quanto à "Contagem dos Prazos", na sua alínea b): "*À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:*

b)- Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr".

O "evento" a que se refere tal dispositivo legal pode ser a entrega da convocatória e da documentação ou a reunião propriamente dita, conforme se entenda contar o prazo de trás para a frente ou da frente para trás. Facto é que não se pode contar o dia em que a reunião vai ter lugar. Facto é, também, que a lei já há muito abandonou a formulação legal das 48 horas. De tudo isto resulta, exemplificando, que para que para se possa, validamente, realizar uma reunião camarária numa quarta-feira a convocatória e a ordem de trabalhos tem de chegar aos senhores vereadores até às 24:00 horas da sexta-feira anterior (e isto na hipótese de a segunda ou terça-feira não ser feriado).Não fazemos esta chamada de atenção por mero capricho, por qualquer apego à crítica fácil, por querer levantar o véu acerca de eventuais ilegalidades, ou simplesmente para sermos "chatos". É que isto tem consequências. E quanto às consequências atente-se no que dispõe, *v.g.* o Código de Procedimento Administrativo, no respetivo artigo 172º, no que se reporta à "anulação administrativa": a possibilidade de conduzir à necessidade da repetição do ato, à anulação (senão nulidade) das deliberações tomadas, e à obrigação de indemnização dos beneficiários de boa-fé por danos que sofram em consequência dessa anulação.

O risco das consequências para quem pactue com tais ilegalidades existe para o senhor Presidente de Câmara e existe para todos aqueles que votem favoravelmente. A este respeito preceitua o artigo 58º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, no seu nº 3, que "*O registo na Ata do voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação*", de onde se infere, por dedução lógica, que os únicos que poderão ficar a coberto da responsabilização são aqueles que votem contra e lavrem declaração de voto em conformidade.

O deputado concluiu este assunto salientando que o que diz tem suporte, inclusive, na Jurisprudência; e exemplificou com o decidido pelo Tribunal Central Administrativo Norte, no seu douto acórdão de 09/11/2012, onde se discorreu, tendo por objeto precisamente esta matéria, que "*a lei exige que entre a entrega da ordem*

do dia ao membro do órgão a reunir e a data do início da respetiva reunião medeiem dois dias úteis, sem contar o desta última data (da reunião). *Isto sem deixar de ter presente que se trata de um prazo mínimo, tudo aconselhando, pois, que possa ser mais dilatado*"

De seguida, o deputado José Albano Domingues referiu-se à ata nº 26, da reunião ordinária de Câmara, de 27/12/2018, onde consta que o senhor Presidente da Câmara, após chamada de atenção por parte do vereador Vítor Cardadeiro, quanto à forma como na entrevista a um órgão de comunicação social se dirigiu aquele e aos deputados municipais da Coligação (a quem tratou por "essa gente" e aludiu a "mais uma histeria da direita"), que "*as suas declarações surgem após um comunicado do PSD Melgaço após a Assembleia Municipal, em que há insinuações do envolvimento pessoal financeiro, do Presidente de Câmara no processo*".

Desde já informámos que o comunicado em questão não é do "PSD Melgaço", mas antes do "Grupo Parlamentar da Coligação Prá Frente Melgaço". Lemos e relemos o comunicado em questão e podemos garantir que nada, absolutamente nada, do que o senhor Presidente da Câmara refere como tendo sido escrito vem lá dito, nem sequer algo similar. De facto, em absolutamente passagem alguma se faz qualquer alusão, referência ou insinuação a que o senhor Presidente da Câmara teve um "envolvimento pessoal financeiro" na história que das Termas vem relatada na entrevista dada pelos responsáveis da "Pinto da Costa & Carriço, L.da". Temos, de resto, na nossa posse, o comunicado que facultaremos a quem queira tirar dúvidas que eventualmente persistam. Pelo que referi, cai completamente por terra o motivo, a desculpa (porque argumento nunca seria), de que disse o que disse, tratando por "essa gente" e "histeria da direita" os legitimamente eleitos pela Coligação, o que, assinale-se, atenta a figura institucional que corporiza, não assenta ao senhor Presidente da Câmara nada bem.

Entendem, porém, que há ali acusações graves, e também de índole criminosa, mormente quando aí se fala da faturação de milhares de equipamentos que não foram fornecidos ou colocados, ou quando aí se acusa a pessoa que explorou o bar de não ter qualquer contrato, de tal contrato nem sequer ser possível, e de atuar a coberto da ilegalidade. E se, efetivamente, ninguém de quem se encontra nesta sala tem absolutamente nada a ver com o que ali vem acusado, e está de consciência completamente tranquila, também não tem por que enfiar o "barrete" ou se mostrar melindrado. A existirem, todavia, irregularidades ou ilegalidades é perfeitamente normal, exigível até, que se mande investigar, e a quem de direito. Informa-se esta Assembleia que foi dada a oportunidade, por carta dirigida ao senhor Presidente da Câmara pelos deputados da Coligação, de levar este assunto ao conhecimento das instâncias competentes, mormente ao Ministério Público; O que ele entendeu não dever fazer por não ver fundamento para tal. Pelo que, por entenderem que não é bem assim, por serem ali feitas acusações, graves, e tal como já haviam informado poderem vir a fazer, aquando da carta que dirigiram ao senhor Presidente (da qual também deram devida conta à senhora Presidente da Mesa desta Assembleia

Municipal), tomaram os eleitos da Coligação a decisão de elaborarem a pertinente queixa-crime, que será entregue, no Ministério Público, nos próximos dias;
Queixa que não identifica quaisquer denunciados, que não é contra ninguém, seja a Câmara ou o Presidente da Câmara, mas antes e apenas a favor de que se investigue e se apurem responsabilidades e os responsáveis, acaso os haja.

Sublinhou que foram gastos na recuperação do Parque ou da Estância Termal do Peso 4.250.000,00 €uros, parte financiada por fundos comunitários, e o remanescente, de mais de um milhão de euros, pelo dinheiro dos contribuintes. E nós, enquanto contribuintes, não vamos pactuar com as acusações feitas nem deixar que tudo fique sem os esclarecimentos devidos. Do exposto damos conta, em primeira mão, porque entendemos que é aqui, nesta Assembleia, que todos devemos tomar conhecimento de tudo quanto envolva o Município de Melgaço ou seja atinente à gestão autárquica, incluindo no que toca às empresas municipais ou com participação do Município no capital social.

Para concluir a sua intervenção, o deputado referiu ainda que Melgaço é servido por uma boa rede de vias de comunicação e tem havido um cuidado crescente para que elas se mantenham transitáveis e em boas condições. Na zona onde vive, largo do Sto Cristo, que foi pavimentado há cerca de 30 anos e desde então nunca mais foi repavimentado, têm sido feitas intervenções pontuais. Neste momento volta a haver buracos; ainda no outro dia uma pedra prendeu num pneu e foi projetada contra outro carro. Gostaria de fazer este apelo ao senhor Presidente para que o encaminhe a quem de direito e, se possível, se resolva. Terminou referindo" os vizinhos dizem que o pavimento está assim porque o senhor Presidente da Câmara não gosta de mim e eu não levo isso a sério e, em jeito de brincadeira, digo-lhes que é mentira, temos as nossas pegas, as nossas lutas, estamos em bancadas diferentes, mas damo-nos bem e ainda vamos ser amigos".

Por fim foi dada a palavra ao deputado Manuel Fernandes que falou dos correios, dizendo que há mais de um século que temos em Melgaço Estação de Correios, tendo agora acontecido o encerramento dos correios e a substituição por um posto de correios, sem que nada se soubesse e quando se soube o processo estava consumado. Acrescentou que o Presidente da Câmara vai ficar na história de Melgaço por aceitar o encerramento dos correios, estando convencido que se tem feito um alerta, se tem chamado os melgacenses, estariam com ele para se manifestar pela conservação na estação. Prosseguiu dizendo que quando se disse que a estação iria ter um horário alargado, isso era até as 19h, mas horários como esses temos nós no Intermarché 7 dias por semana, das 9h as 20h, que é ainda mais alargado. Segundo diz a população, há mais de meio século no Peso havia uma estação de correios, depois passou para o privado e, posteriormente foi para Paderne. Puseram-na numa loja, onde tinham produtos farmacêuticos sem receita. Essa loja como não é rentável, encerrou e arrastou com ela o posto de correios. Isso é o que vai acontecer noutros locais que quando não forem rentáveis, serão encerrados e isso é normal porque as pessoas estão lá para ganhar dinheiro e não para fazer favores ao povo. Não tendo dúvidas que dentro de pouco tempo teremos de ir a Monção, fazer certas coisas. O deputado continuou a sua intervenção referindo que também viu ontem nas redes sociais que o município vai dar uma ajuda para a aquisição de medicamentos

no valor de 100 euros anuais a pessoas carenciadas e questionou se são 100 euros anuais. Esse valor dá para comprar uma caixa de aspirinas por mês ou um xarope para a tosse. Façam-se menos festas e dê-se dinheiro às pessoas para a compra de medicamentos, que seja corretamente atribuído, com critérios sérios. Seguidamente falou das obras na Rua Fonte da Vila. Na reunião de Assembleia de dezembro criticou os trabalhos por terem iniciado na época natalícia. Questionou o Presidente da Câmara sobre o prazo de conclusão dessa obra e este respondeu que dentro de 4 meses estaria resolvido. Se as obras forem com a velocidade que vão agora, não serão precisos 4 meses mas sim 4 anos. Para terminar, desafiou a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal para uma visita à freguesia de Paços e à rua da Quinta dos Frades, para verem as condições em que se encontram as estradas e se é humanamente possível por lá transitar.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder à questão levantada pelo deputado Maximiano Gonçalves e posteriormente pelo deputado Manuel Fernandes, sobre a Rua Fonte da Vila. Começou por dizer que é do conhecimento de todos, que no âmbito da regeneração urbana, se está a fazer investimento em duas frentes e que num prazo de um mês ou dois outra se associará. Uma é a Quinta dos Frades, uma segunda frente de obras que abriu no mês de novembro é a Rua Fonte da Vila, uma outra que abrirá ainda este ano será a intervenção na Rua José Cândido de Abreu. São ruas que tínhamos identificado como cruciais para uma regeneração urbana completa da nossa Vila, que está muito bem, mas que precisa claramente deste eixo completamente requalificado. Para a Rua Fonte da Vila foi lançada a obra, após concurso público, que foi ganho por uma empresa chamada LIMABUILD, empresa que apresentou o melhor preço para a obra e perante os critérios estabelecidos na lei, foi o critério preço que determinou a entrega da obra a essa empresa e a quem se fez a adjudicação. Com alguma rapidez percebemos que a empresa não estava a conseguir dar a resposta necessária a essa obra e também com a rapidez possível, fizemos a rescisão do contrato com a empresa. A rescisão foi feita há cerca de 15 dias. Percebemos que ela não tinha capacidade para fazer a obra, que é uma obra de grande dimensão. Estamos a falar daquele troço e do seguimento da obra, o troço seguinte que será dali até ao Supermercado Radar e depois dali até às Carvalhiças, incluindo a Rua da Escola. Uma obra na ordem dos 440 mil euros. Rescindimos o contrato com a empresa e estamos neste momento com um processo de concurso público, com carácter de urgência para rapidamente termos outra empresa a agarrar essa obra. Procuramos falar com as populações e quer ao nível técnico quer ao nível político, já foram feitas conversas com a população da rua, no sentido de perceber as dificuldades, que são muitas, e na medida do possível, reduzir o impacto que a obra está a ter na vida das pessoas.

De seguida, o Presidente da Câmara passou a responder ao deputado Paulo Azevedo, quanto à questão da nevada, que teve consequências no trânsito, e da necessidade de se criarem zonas de estacionamento. Felizmente, quando há nevadas em Castro Laboreiro, temos hoje uma capacidade concertada de meios entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, que nos permite criar condições para que seja possível chegar a Castro Laboreiro, hoje dificilmente teremos uma situação de corte de estrada. A verdade é que estas situações de nevada, tem também a outra grande vantagem que é atrair gente ao território, visitar Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Branda da Aveleira. A capacidade de atração somada à capacidade já instalada é mais visível nesses fins de semana. É claro que isso traz

constrangimentos, e do ponto de vista do trânsito mais, mas isso é histórico. Fizemos e que deveria e tinha que ser feito, uma articulação estreita com as autoridades, para que possam fazer a sua intervenção. E sei que neste caso, não só esteve uma brigada de Melgaço, como foi reforçada essa intervenção, por parte da GNR, com uma patrulha de Monção. É claro que mesmo com todas estas intervenções, com aquele fluxo de trânsito, não se consegue resolver a situação. Outra questão concomitante, é a questão do estacionamento, conversa que já há algum tempo foi tendo com o Presidente da Junta, que é a necessidade de encontrar condições para conseguir arranjar um espaço de estacionamento. Estamos a trabalhar nisso, porque não é só a necessidade pontual desse fim-de-semana, mas uma necessidade que vai acontecendo ao longo do ano. Temos que criar condições para que isso seja feito e já estamos a tratar disso. Há uma outra perspetiva que pode ajudar, na solução do escoamento do trânsito em Castro Laboreiro. O deputado Paulo Azevedo, acredito que informalmente tenha acesso a alguma informação, informação que também pode ser veiculada por gente da Câmara, sabe que temos um projeto candidatado e sabe que poderemos ver a hipótese desse projeto ser aprovado no âmbito do PRODER, que nos permitirá fazer uma circulação entrando pelas Veigas até à Vila de Castro, permitindo de alguma maneira criar sistema de rotunda, o que permitirá uma forma de escoamento de trânsito. Vai permitir revitalizar a zonas das Veigas e vai criar faixas de circulação. Estamos a trabalhar várias soluções, para este feliz crescimento de Castro Laboreiro, que se traduz em investimento público, mas também privado. Quanto à intervenção do deputado Diogo Castro agradeceu a felicitação pela entrada em funcionamento da ETAR da Zona Industrial, dizendo que houve a oportunidade para pôr no terreno, uma ETAR que era ambicionada por todos há muito tempo e que era necessária. Fomos capazes de fazer aquilo que nos competia fazer, foi desenhar projeto, de grande qualidade, aí tivemos a capacidade de ir buscar uma equipa de projeto, do melhor do país, e pudemos depois coloca-la no terreno com a colaboração de um novo empreiteiro e também do projetista que esteve connosco. Temos uma ETAR de enorme qualidade, tecnologicamente de ponta e com uma outra ambição em relação ao ambiente e isso foi muito bem conseguido com a colocação de um conjunto de painéis, que permitirão em período de Verão que a ETAR praticamente seja autónoma do ponto de vista energético. Temos ali capacidade para dar resposta à população, à Zona Industrial, porventura vir dar resposta à ampliação ou nova Zona Empresarial que venhamos a construir em Alvaredo. Estamos satisfeitos com o que foi conseguido e pensado com tempo, daí uma nota, não querendo ferir suscetibilidades ao deputado José Albano Domingues, para aquilo que me parece uma insinuação desagradável da parte da oposição que é a de que a ETAR foi feita porque a oposição fez um enorme barulho em 2017. É faltar à verdade porque em 2016 o projeto já estava pronto e candidatado e no dia 25 de abril de 2016 foi apresentado, nesta sala, com outro conjunto de projetos que vieram a ser aprovados.

Quanto à Zona Empresarial, dizer que temos uma equipa de projeto connosco, que está de forma muito acelerada a preparar um projeto, um plano da Zona Empresarial. Fizemos a apresentação desse plano à população e neste momento temos o plano mais desenvolvido. Voltamos a falar com a população e foi muito importante o contributo para melhorarmos o projeto, quer nas acessibilidades quer noutros pontos de vista. Dessa conversa já fizemos ajustamentos porque ouvimos a comunidade e também fizemos ajustamentos porque depois dessa apresentação, tivemos oportunidade de falar com a CCDRN e perceber aquilo que são as oportunidades de financiamento para Zonas Empresariais que abrirão em breve. E

dessa conversa ficamos com a convicção que teríamos que fazer um outro trabalho, que é o faseamento dessa Zona Empresarial. Estamos com esse trabalho em cima da mesa neste momento. Este processo terá 3 fases, sendo a primeira fase este ano. Dessa primeira fase conseguiremos uma plataforma de implantação de empresas, que só essa é bastante superior aquilo que é a área de implantação da Zona Industrial de Penso. Voltaremos a breve trecho a Alvaredo, para apresentar as afinações e esta questão do faseamento. Sobre a ausência da oposição nas inaugurações, apenas lamenta que não estejam presentes.

Sobre a intervenção do deputado Rui Pinho que colocou algumas questões, o Presidente da Câmara referiu que apenas responderia àquelas que estão na sua alçada. O processo Junta da Freguesia é, como o próprio nome diz, processo da Junta de Freguesia. Continuou dizendo que o deputado Rui Pinho colocou a questão da cor política, como critério de apoio às Juntas de Freguesia, e acrescentou que apenas respondia a isso com um dado: houve a oportunidade durante o ano de 2018 em estarem os dois juntos algumas vezes, por causa das necessidades da freguesia e juntamente com o Presidente da Junta, como com qualquer outro Presidente de Junta, dizer que sim senhor faremos este e aquele investimento que são necessários para a freguesia e, de seguida, afinamos esses mesmos investimentos. Quando em 2018 trouxemos aqui os acordos de execução e depois conversamos com os senhores Presidentes, achámos que deveríamos ter um tratamento diferenciado, em relação a Paderne, porque tem uma extensão diferente das outras freguesias, daí o montante também ser diferenciado. Da parte da Câmara Municipal nunca deverá esperar tratamento diferenciado por cores políticas. Relativamente ao posto de correios, tivemos conhecimento que a parafarmácia onde estava assente o posto de correios fechou, fechando com ela o posto de correios, julgo que haverá muitas condições para que de futuro, podermos continuar a contar com esse posto de correios em Paderne.

Acerca do muro, o Presidente da Câmara passou a explicar: nós licenciamos o muro, de acordo com os critérios que estão estabelecidos na lei, esse licenciamento estava escrupulosamente legal. As pessoas que consideravam que o muro era lesivo para a circulação, foram reclamando; achou o senhor Presidente de Junta que era a sua função colocar a Câmara Municipal em tribunal, para que esse muro não fosse construído. O senhor diz, que ganhou em toda a linha, o muro está a ser construído, é claro que foi feito por acordo um ligeiro desvio e o muro inicialmente licenciado, deixaria um caminho de 2.20 metros e, por acordo, foi desviado e deixará o caminho de 2.40 metros. Depois fala de questões ligadas ao Centro Social e neste assunto não devemos entrar em muito detalhe, não temos um acordo escrito, temos um entendimento em relação aquilo que é propriedade, espero que nos chegue esse pedido, acordo formal, o senhor deputado está a dizer que já entrou, não tive oportunidade de o ver. Concluiu dizendo que essas supostas suspeitas de que, por vingança, não estará o Centro Social na Festa do Alvarinho, acho que estamos absolutamente claros, conversámos sobre isso, a associação deve, como em anos anteriores, inscrever-se para participar novamente na festa.

No que concerne à intervenção do deputado José Albano Domingues, e no que respeita às presenças/ausências nas inaugurações, o Presidente da Câmara concordou que as pessoas quando têm a sua vida profissional, não têm todos os dias disponíveis para estar no que quer que seja, mas a verdade, é que os senhores, desde que iniciamos este mandato, não estiveram na abertura da Festa do Espumante 2017, não estiveram abertura da Festa do Alvarinho 2018, não estiveram na abertura da Festa do Espumante 2018, não estiveram entre muitos outros atos, por exemplo,

representados na inauguração das obras da escola básica e secundária. No mandato anterior, os deputados do PSD quase sempre marcavam presença nas inaugurações e em momentos altos do município. Acreditando quando diz que as condições para quem trabalha não são as ideais, eu contraponho com aquilo que foi uma prática até agora. Quanto à ETAR, quando diz, o nosso papel foi realizado, eu julgo que já foi absolutamente fora. Quanto à questão das convocatórias da assembleia e da Câmara Municipal, temos assumido como critério legal, para o envio das convocatórias, as 48 horas. Falhamos na última reunião de Câmara por 50 minutos, é verdade, e quanto a isso, eu já dei a mão à palmatória em reunião de Câmara. Tendo em conta os considerandos legais que aqui trouxe, faremos investigação, procuraremos perceber se estamos a fazer corretamente, o nosso trabalho e se porventura viermos a perceber que não devemos utilizar o critério das 48h, mas sim o critério dos 2 dias úteis, afinaremos rapidamente a nossa forma de fazer a entrega das convocatórias.

Relativamente à entrevista à Rádio Vale do Minho, foi no seguimento de uma tomada de posição, e agora não tenho certeza absoluta, se foi do grupo parlamentar da Coligação ou se foi do PSD, realmente fiz um comentário, não chamei histérico a ninguém, falei em "histeria da direita". Neste momento tenho algumas dúvidas, embora possa voltar à leitura do comentário feito por vossas Exªs, em relação à insinuação. Acharam que deviam fazer a denúncia ao Ministério Público, fizeram muito bem. Da nossa parte estamos absolutamente tranquilos para que o Ministério Público e o ON, que foi quem financiou a obra, venham falar connosco, que nos venham pedir toda a documentação, que nos venham auditar quando quiserem. No âmbito daquilo que tem sido as investigações ligadas à Porto e Norte, nós temos uma loja de turismo e, como qualquer outro município, fez-se a aquisição de uma loja interativa de turismo e também fomos auditados pela polícia judiciária durante um dia, sobre o processo de contratualização de toda a nossa loja interativa. Essa auditoria, que envolveu alguns elementos presentes nesta reunião, culminou, no final do dia, num enorme elogio ao nosso corpo técnico e a todo o trabalho que fizemos de contratação. De facto, com esse trabalho técnico conseguimos reduzir aquilo que era o investimento inicial em cerca de 80%. Estamos tranquilos para que venham as auditorias ou investigações que quiserem, e dou-lhe nota do seguinte, quanto ao financiamento das termas está todo pago, a Câmara não paga um cêntimo de dívida, relativamente a esse investimento. Aliás, o processo foi público e publicitado. A estrutura financeira que foi conseguida para as termas foi a construção de uma PPP e nessa PPP, o que cabia ao município foi o investimento que foi financiado, que são cerca de 4,25 milhões, o remanescente, aquilo que era o contributo privado, foi colocado pela empresa CASAIS, sem que haja neste momento alguma dívida para com essa empresa.

Quanto às vias de comunicação versus Santo Cristo, não vale a pena grandes comentários. Estamos a procurar fazer intervenção de requalificação urbana e fazemo-lo. Temos uma vila bem requalificada, temos também uma malha de rede viária municipal bastante bem qualificada e portanto, o Santo Cristo, teve intervenção na altura, vamos acautelando a sua manutenção, no momento em que se achar conveniente fazer um investimento mais sério do ponto de vista da requalificação, faremos, mas não há nenhum descuido.

Em resposta ao deputado Manuel Fernandes, quanto à questão dos CTT, o Presidente da Câmara referiu que é notória a qualidade dos serviços, atualmente instalados. Hoje, para além de muitos serviços já existentes, foram acrescentados outros. Um problema que se colocava era a questão das transferências financeiras, e isso já foi resolvido.

Quanto aos medicamentos o Presidente disse ao deputado Manuel Fernandes que deve estar a fazer confusão pois ainda ontem foi assinado um contrato com a associação DIGNITUDE, que tem um instrumento que se chama ABEM, e o protocolo, complementa aquilo que já são medidas nossas e destina-se a identificar pessoas que não têm acesso a medicamentos por dificuldades financeiras. As pessoas identificadas e que reúnam os critérios, ser-lhes-á entregue um cartão, que lhes permite ir às farmácias, neste caso aderiram duas, e despacharem qualquer medicamento, desde que tenha receita médica e seja comparticipada. As pessoas com esse cartão, poderão comprar até 10 mil euros. Os 100 euros é a comparticipação, que o município se compromete a ter anualmente, ou seja, por cada pessoa a quem seja entregue esse cartão, pode comprar os medicamentos no valor que precisar, nós município, comprometemo-nos a transferir anualmente, à DIGNITUDE, 100 euros por beneficiário. Relativamente à Rua Fonte da Vila, à Freguesia de Paços e à Quinta dos Frades, ainda hoje cedo passei nesses sítios e é óbvio que ainda não estão bem, mas um processo de obras é assim; um processo de requalificação integral de uma rua, em que a rua é toda engendrada para que sejam substituídas todas as infraestruturas (água, saneamento, telecomunicações, gás natural), não há outra maneira senão levantar a rua toda. E tanto quanto sei já estão todas colocadas, segue-se o processo de requalificar passeios, plantação as árvores, e repavimentação da via. Quanto à população, julgo que a empresa tem tido grande capacidade de trabalho e sensibilidade para trabalhar com a população, tanto quanto sei a população estará desagradada, mas a empresa tem tido o cuidado de criar soluções de transitabilidade da via e de acesso às suas moradias. Não tenho dúvidas, que é a fatura que tem que pagar para daqui a alguns meses, ter aquela rua totalmente requalificada. Quanto à Freguesia de Paços, temos uma situação similar, estamos a fazer um processo de intervenção com o saneamento e, portanto, com dezenas de quilómetros de conduta. É verdade que há uma zona que está muito mal, mas lembro que há um ano atrás, o deputado falava-me de Viladraque, falava da velha estrada nacional que também estava toda esburacada e foi impecavelmente repavimentada. Há coisas que já estão feitas, outras que estão praticamente terminadas e a funcionar lindamente, há outra zona da freguesia que não está bem e digo-lhe, que já fui vitima, porque no dia que recebi aqui o senhor Secretário de Estado do Ambiente, para ir inaugurar a ETAR, fomos visitar as obras de Paços e quando vinha de regresso foi o meu carro que bateu numa tampa de saneamento. Temos que trabalhar no sentido de requalificar integralmente aquela freguesia.

Seguidamente o deputado Manuel Fernandes solicitou da palavra para dizer que quando há 1 ou 2 anos atrás, falou sobre Viladraque ou da antiga estrada nacional, essa situação nada tem a ver com o que se passa em Paços. Na rua que vai de Sá à Senhora de Lurdes, podiam pelo menos por terra à altura, para não ter todos aqueles buracos, aquilo está intransitável. Informou ainda, que esteve presente na inauguração da escola básica e secundária.

O deputado José Albano Domingues pediu a palavra para fazer as seguintes observações: primeiro, ficou com a sensação que o Presidente continua a ter dúvidas que ninguém falou em envolvimento pessoal financeiro na questão das Termas do Peso. Se necessário, o deputado facultará a cópia integral do comunicado. Em segundo, desconhece a auditoria ou intervenção da polícia judiciária, custa-lhe a acreditar que a PJ tenha vindo para cá dar elogios sobre a atividade política. Terceiro, o senhor Presidente consegue garantir, que no âmbito da empreitada de recuperação das termas, a CURAQUAE, que é participada pelo município em 50%, não tem uma

divida superior a 1 milhão e cem mil euros ao Marco turístico SA? Relativamente às convocatórias, há 2 dias úteis que não podem ser contados entre a segunda e a quarta, porque segunda não conta e quarta não conta, isto está na lei. Por último, deu um elogio à estratégia e qualidades políticas do deputado Diogo Castro. Este lança o tema e o Senhor Presidente conclui, combinação perfeita. Acrescentou, que não sabe o que aconteceu com os deputados, nem da vida deles, no mandato anterior. O senhor Presidente disse que não temos estado presentes, o deputado Manuel Fernandes esteve, e garantiu que esteve presente em todos esses eventos. Pode não ter estado na inauguração, por impedimento ou outra razão qualquer, mas esteve lá presente e viu lá muitos colegas de bancada. Acontece que, por pura coincidência, nos eventos onde os elementos da coligação estão presentes e estando presente também a fotógrafa oficial da Câmara, entre muitas fotografias tiradas, trata-se de selecionar, onde estão os membros eleitos que fazem parte do governo autárquico e não há uma única fotografia onde apareça ninguém do outro lado. Tem acontecido sistematicamente e, depois disto, alguns membros da coligação dizem que não estão para andar a fazer figura com o Presidente, a preencher lugar. Para isso existem alguns colaboradores da Câmara que se prestam a esse tipo de serviço. Relativamente à ETAR, salientou que o que disseram não caiu em saco roto. O Senhor Presidente sabe que aquela estrutura esteve inoperacional, durante anos e, por pura coincidência, no espaço de cerca de 1 ano, depois de tudo aquilo que badalamos acerca da ETAR, conseguiu-se fazer contrato, adjudicação, execução e inauguração. Constatou que aquilo que se vai dizendo aqui, depois é levado em conta como por exemplo, no posto de correios. Esse posto não pode ter serviços financeiros, além disso, disse-se aqui que era importante o alargamento do horário, na altura de maior afluência 12h/12h30m e a essa hora tinham o posto fechado. Não adiantava estar aberto até às 19h porque a essa hora as pessoas não iam. O que é que aconteceu? Mudou o horário, o que significa que o que a gente diz aqui é levado à prática.

Seguidamente o deputado Diogo Castro pediu a palavra para lançar um desafio à bancada da coligação: estarem presentes na inauguração da casa mortuária de Alvaredo, onde fará o agradecimento pela sua presença.

O deputado Paulo Azevedo solicitou da palavra, na sequência da intervenção do colega de bancada, para referir que não considera importante se foi por causa da coligação ou não que se fez a obra. O importante é que a obra foi feita dando os parabéns a todos. Esclareceu ainda, que não tem acesso a nenhuma informação privilegiada, se de facto existe, esse projeto em Castro Laboreiro, considera que é fantástico, espera que seja concluído. Disse ainda que há duas questões que devem ser salvaguardadas: a população local que é e sempre será produto integrante daquilo que é destino turístico e, aquilo que tem acontecido quando há nevões, as pessoas vêm os turistas a entrarem nos seus terrenos, a deixarem lá lixo, a atirarem com pedras. Terminou dizendo, que não é só o Hotel que está a fazer obras pois o Miradouro do Castelo também se prepara para o fazer. Além disso, a Montes do Laboreiro, também se prepara para abrir o primeiro centro de canyoning em Portugal.

A Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por felicitar o deputado Paulo Azevedo pelas obras, embora tivesse ouvido falar da intervenção que se está a fazer do ponto de vista do alojamento, e ainda pelo investimento, que não conhecia, do centro de canyoning, concluindo que é na conjugação das iniciativas privadas e publicas que conseguimos tornar-nos ainda mais atrativos.

Relativamente aos CTT, é possível fazer-se transferências de capital mas os serviços financeiros do banco CTT não estão disponíveis.

Quanto à CURAQUAE, não há dívida aos CASAIS, há aquilo a que se chama suprimentos, que estão considerados na contabilidade, mas dos quais a empresa CASAIS abriu mão, daí que eu tenha afirmado, que do ponto de vista financeiro a questão está resolvida.

Para terminar, não tenho por costume andar de fotoshop a tratar de fotografias, vou tentar perceber, mas a verdade é que se não estiverem presentes, não podem aparecer nas fotografias. No mandato anterior, quando as pessoas estavam presentes, elas apareciam nas fotografias.

Assunto nº 77	**Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;**

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente referiu que, dado o avançar da hora e dado que a informação apresentada era muito detalhada, não iria acrescentar mais nada.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes que começou por referir que a Câmara decidiu fazer um aumento de 1.5% nas tarifas de água ao consumidor e depois uma diminuição de 10% nas tarifas dos preços de ligação e instalação de ramais de água, afirmando que tal até "dá para rir" pois os ramais de ligação, cuja tarifa baixou estão, a não ser em Paços todos praticamente feitos.

Em resposta o Presidente da Câmara informou que foi feito um acerto de tarifas no ano passado que se considerou ser necessário para ajustar os valores cobrados nas tarifas, aquilo que é a despesa do sistema. Depois existe a obrigação legal, de fazer atualização de tarifas todos os anos e é isso que se está a fazer. Daí que o 1.5% da atualização das tarifas decorrente é uma obrigação legal. Do ponto de vista das ligações e dos ramais há uma recomendação para que, nos próximos anos venham a ser tendencialmente gratuitos. Daí se estar a fazer um percurso decrescente.

Assunto nº 78	**Transferências de competências em diversos domínios de atuação do Estado, para o Município;**

A Presidente da Assembleia começou por referir que a Lei nº50/2018 de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Cumpre aos órgãos do município pronunciarem-se sobre a não aceitação da transferência das competências no âmbito dos diplomas setoriais: Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, o qual concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança de alimentos e Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro,

o qual concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura.

De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para dar explicação sobre o assunto. O mesmo começou por dizer que foram aprovados mais 4 diplomas que tratam da transferência de mais competências para os municípios. Estes diplomas falam de competências na área da saúde animal, na área da cultura, na educação e outra competência na área da saúde. Os dois últimos ainda há tempo para se estudar melhor e tomar posição sobre eles, até à próxima Assembleia Municipal. São dois setores muito importantes que requerem maior cuidado de análise e decisão. Hoje vêm a esta reunião, os outros dois, porque é necessário tomar posição até ao final do mês de fevereiro. Em relação à saúde animal, consideramos não ter neste momento a capacidade técnica para assumi-la. Porventura numa análise feita no final deste ano, ou princípio do próximo, teremos novamente de nos pronunciar sobre todos estes diplomas, sobre todas estas competências e aí poderemos fazer uma análise se já estaremos em condições de as assumir. Na área da cultura, dizemos não, porque consideramos que neste momento o diploma para nós é "nada". O que, fundamentalmente se diz é que os municípios poderão assumir a gestão de museus de âmbito nacional. Não temos nenhum museu no nosso território que seja nacional, os que temos são de âmbito local não fazendo, portanto, sentido assumir essa competência neste momento. Assim, na reunião da Câmara Municipal, a posição aprovada em 20 de fevereiro foi a de não assumirmos estas competências: diploma 20/2019 e diploma 22/2019.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues. Este questionou se, tal como sucedeu aquando do tratamento dado ao anterior leque de matérias das competências que vinham propostas transferir, o senhor Presidente da Câmara pugnou por auscultar os senhores vereadores acerca da decisão ora a tomar e, em caso de não o ter feito, qual o motivo.

Questionou também, que sendo o campo da "cultura" tão vasto, é ou não verdade que, tal como consta da introdução feita a este tema na proposta da Câmara Municipal, e da apresentação que do mesmo foi feita nesta Assembleia por parte do senhor Presidente de Câmara, a matéria da proposta transferência de competências se cinge, apenas, quanto ao particular dos museus e, dentro destes, aos de expressão nacional, o que, efetivamente, se afigura extremamente redutor.

Em resposta, o Presidente da Câmara disse que o diploma é muito redutor, daí não se ver nenhuma vantagem em assumir essa competência, porque a competência na área da cultura já é assumida, há muitos anos, pela autarquia. Uma conquista através de um trabalho sério, quer na construção de equipamentos na área cultural, quer de forma gradual, assumindo cada vez mais, responsabilidades muito sérias na programação e na oferta cultural no município.

Quanto à consulta ou não dos vereadores, a análise foi feita de forma muito rápida, o mesmo não acontecerá com os outros dois, que são a saúde e a educação, já que são assuntos mais pesados e que requerem uma análise mais profunda. Disse ainda que algum desagrado aconteceu na discussão anterior, do ponto de vista do executivo. Teve a oportunidade de, depois de uma discussão informal, consensualizar uma posição sobre os diplomas, mas chegado o momento da aprovação "foi tudo, por água abaixo", afirmando esperar que numa próxima discussão as coisas sejam feitas de uma forma mais séria e que haja alguma consistência nas decisões.

Solicitou novamente da palavra o deputado José Albano Domingues, para esclarecer dois momentos distintos: um primeiro momento é de consulta, discussão,

de uma tomada de posição, outro momento é o da votação. Tanto quanto lhe informaram, havia um ponto em que havia disparidade de posicionamento, concretamente relativo à estrutura de atendimento ao cidadão. No entanto, a votação não foi no sentido contrário, houve uma abstenção justificada, assim como da parte dos deputados da coligação na Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara terminou dizendo que se poderá certificar isso em ata de reunião de Câmara. E, dirigindo-se para o Vereador da oposição presente na reunião, referiu que houve uma discordância em relação a uma matéria que era o diploma que legisla a questão das praias marítimas, fluviais e lacustres, já que o Vereador achava que se deveria assumir essa competência e do nosso ponto de vista, achávamos que não. Afirmou fazer referência à ata porque, aquilo que foi dito em reunião de Câmara foi que não aceitavam porque depois de consultarem a bancada do PSD e o seu líder, achavam que deveriam votar de forma diferente.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

O grupo parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, informou que iria apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 79	**Análise e deliberação da proposta de participação na Real Confraria do Vinho Alvarinho;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma introdução ao assunto. O mesmo começou por dizer que a Confraria do Alvarinho é uma instituição que todos conhecem, de grande importância e que representa o território em muitos eventos, não só locais, mas também nacionais. Tem um papel importante sobretudo nesse âmbito de especialização, mas também noutras áreas, fazendo sentido esta formalização, da Câmara Municipal à Real Confraria do Vinho Alvarinho.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 80	**Análise e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente começou por dar nota de que é imposição legal, ter este instrumento de planeamento, devidamente acautelado e em transformação. Fez-se esse percurso com alguma dificuldade, porque nem sempre é fácil trabalhar com a entidade que tutela esta área, que é o ICNF. Tivemos oportunidade de desenvolver

este instrumento no âmbito da nova legislação. Sendo este um dos primeiros Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios ao abrigo da nova legislação que tutela esta área. Com o percurso feito e com a aprovação do ICNF a nível nacional e consolidado na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, depois de aprovado pela Câmara Municipal, vem hoje à assembleia. É importante para o município, do ponto de vista do planeamento e da prevenção da floresta, no que diz respeito aos incêndios.

Seguidamente o deputado José Albano Domingues solicitou a palavra. Referiu que a apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios vem desdobrado em dois textos ou capítulos, o primeiro dos quais traçando uma espécie de radiografia do que é o concelho de Melgaço, mormente quanto à sua demografia, pirâmide etária, características morfológicas e processo de abandono das áreas de cultivo e floresta, e o segundo estabelecendo as linhas mestras ou medidas programáticas e o plano de ação visando reduzir a ocorrência de incêndios, particularmente dos GIF,s ("Grandes Incêndios Florestais"), assim como as consequências extremamente nefastas que dos que deflagram objetivamente decorrem. E, aquilo que se pode apurar em função da radiografia traçada, relativamente ao despovoamento/desertificação, índice de envelhecimento e abandono dos campos, no nosso concelho, particularmente nas freguesias ditas de montanha é de extrema preocupação.

Acrescentou ser do tempo em que não era usual haver incêndios, ou incêndios de grandes proporções. E a tal ausência, ou menor frequência, estava intimamente ligada à existência de um muito maior número de pessoas nos povoados, assim como de centenas e milhares de cabeças de gado (dizia-me o Colega de bancada senhor Manuel Cândido Afonso que só em Parada do Monte chegou a haver, de sua memória, 900 cabeças de gado, fora as reses que praticamente toda as pessoas tinham) animais esses que subiam pelos montes e eliminavam matos e ervas, não permitindo o crescimento de arbustos, contribuindo decisivamente para termos os nossos territórios limpos. Tinha-se até o cuidado de racionalizar, guardar e preservar os matos e os pastos próprios, ou dos prédios privados, cortando e apascentando primeiro nos espaços que eram do domínio público ou dos baldios. Importa, pois, refletir acerca de quais os fatores que nos conduziram a que estejamos no ponto aonde chegamos, e que motivam a elaboração de legislação para obrigar as pessoas a proceder a ações de limpeza nos seus terrenos.

Urge, a nosso ver, que o poder local, sejam os senhores Presidentes de Câmara, singular e individualmente, seja através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, seja através das Comunidades Intermunicipais, reivindiquem, junto do poder central, a tomada de medidas, designadamente de política fiscal, que atraiam e sejam apelativas para as populações e ajudem na fixação de pessoas e empresas. De facto, não podemos ser nós, gentes do interior, a subsidiar quem vive nas grandes cidades ou em Lisboa, e que apresenta um rendimento *per capita* três vezes superior ao nosso, comparticipando, através dos nossos impostos, por exemplo, os passes sociais (quando aqui temos de ser nós a pagar, do próprio bolso as deslocações ao Hospital de Viana , seja em veículo próprio, no autocarro ou em viatura de aluguer). A coesão territorial nacional impõe que também os lisboetas sejam solidários para com quem vive no interior, com quem tem menores rendimentos, com quem necessita de fazer face aos custos (elevados) decorrentes da obrigatoriedade de efetivar ações de limpeza (e quando certo é que não retira do espaço florestal praticamente rendimento algum).

Entende ainda, que aplicar coimas aos proprietários não vai resolver problema nenhum. Chegar-se-á a um ponto em que, ou as pessoas vão buscar dinheiros do seus salários e pensões para pagarem a limpeza dos terrenos, ou, não tendo essa possibilidade, acabarão por ter de entregar as propriedades ao Estado, nem que seja por via da execução coerciva de coimas não pagas. Mas urge, também, que os nossos governos acabem com leis completamente anacrónicas, como acontece com o malfadado Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho, quando, por exemplo, no respetivo artigo 16º dispõe que para se poder fazer uma construção, ou mesmo ampliação, em zona ou espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas, e sempre que a propriedade em que se projeta tal construção confine com terrenos ocupados por pastagens naturais ou terrenos ocupados com floresta ou matos, somente o possa fazer desde que a uma distância ou faixa de proteção nunca inferior a 50 metros. Tal implicaria que, fora a área de implantação, necessitando de 50 metros para cada um dos quatro ventos do edifício, a parcela de terreno tivesse que ter uma área superior a 10.000,00 m2, o que se mostra perfeitamente incomportável no minifúndio existente no interior, particularmente no alto Minho, e o que bem evidencia que quem faz as leis, sentado nos corredores dos paços do concelho, na grande capital da Nação, não tenha a mínima ideia do que é o país real. Não é, definitivamente, com leis dessas que conseguiremos a fixação das pessoas nem a construção de habitação própria em concelhos do interior, nomeadamente, no de Melgaço.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que em resposta ao deputado José Albano Domingues referiu, que também viveu nesses tempos em que o território tinha muita mais gente e animais. Através dos seus pais e avós soube como era a forma de aproveitar aquilo que era a floresta nessa altura, e em variadíssimos momentos tem dito que ou se encontra economia novamente na floresta ou destruímo-la. Contra isto temos permanentemente lutado. No nosso território, Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, que fazem parte PNPG, se a população não tivesse tido cuidado chegaríamos também ao conceito de abandono, destruiríamos completamente aquilo que é a natureza. A defesa terá sempre de ser no sentido de que se queremos um ecossistema vivo no PNPG e no resto da nossa floresta, teremos que permitir que haja economia com a criação de gado, economia com utilização de biomassa, trabalho que não temos feito e a possibilidade de aproveitar a biomassa como fonte energética, trabalho a fazer, e permitindo a instalação de novos produtores no território de montanha. Neste momento, no território de cota baixa, nunca houve uma utilização agrícola tão intensiva e economicamente tão rentável. O problema é o território de cota média e cota alta, que é o que tem a necessidade de criação de gado ou uma iniciativa do ponto de vista económico e ambiental. É isso que temos defendido e por isso aproveitamos o regime extraordinário, o RERAE e há imensos produtores de gado, que temos apoiado para que possam ter a possibilidade de construir os seus espaços de acolhimento de animais e obterem condições para fazerem exploração agrícola. Estivemos também com alguns produtores de vinho que tinham as suas adegas, muitas delas sem estarem licenciadas, na defesa desse licenciamento, procurando na discussão dizer-lhes que vissem se não será mais importante ter ambição de fazer projetos novos, maiores e que permitam o alargamento das condições futuras. Existe o cuidado com quem está na área do vinho, na produção animal, no âmbito deste regime excecional para ajudar as pessoas a construírem soluções. Não estamos a perder oportunidades. O deputado disse que as coisas são feitas um bocadinho por Lisboa e é verdade, subscrevo em relação a

qualquer governo do país. O que acontece neste país infelizmente, é que a legislação é habitualmente feita em Lisboa, com pessoas sentadas em gabinetes, e que não têm noção do território, e depois como estão muito mais perto do Alentejo, é mais fácil pensar o território a partir do Alentejo, do que conhecer a sério aquilo que é a realidade fundiária do norte do país, concretamente do Minho. O presente documento é um instrumento necessário para defender a produção na área agrícola no nosso território.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 81	**Análise e deliberação da proposta de desafetação da área de 512m2, sita na Zona Industrial de Penso; no domínio público para domínio privado do Município de Melgaço;**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fazer alguma consideração sobre o assunto. O Presidente começou por dizer que como é do conhecimento de todos, desde o início da Zona Industrial, está lá implementada uma empresa, na área do trabalho da pedra- MONTEAGUDO- que na altura comprou um lote e nele tem desenvolvido toda a sua atividade ao longo destes anos. Entretanto, comprou um terreno que não fazia parte dos lotes da Zona Industrial, onde tem toda a parte de armazenamento de pedra, quer da matéria-prima, quer do produto acabado. A empresa está num processo de crescimento muito importante. Numa conversa com o proprietário o Presidente ficou surpreendido, pois é esta empresa em Melgaço que fornece toda a pedra de granito, para uma obra icónica que se chama "A Sagrada Família de Barcelona" e por estarem envolvidos em grandes projetos, estão a precisar fazer uma ampliação na estrutura física da empresa e sobretudo, um grande investimento em qualificação tecnológica. Um investimento que aponta para ser feito no 2º semestre deste ano na ordem de 1.8 milhões de euros. Para poderem alargar a empresa precisam de fazer esta desafetação, da faixa que estava contígua ao lote que na altura compraram. A faixa de 512m2 que está afeta ao domínio público e que precisamos resgatar para o domínio privado do município, e assim podemos vendê-la e permitir assim o alargamento da empresa. Empresa esta que terá interesse em adquirir lotes laterais, do outro lado, para poder expandir-se.

É com agrado que empresas, instaladas na nossa Zona Industrial, estão a ter capacidade para crescer e gerar mais economia para o nosso município.

O deputado José Albano Domingues usou da palavra para informar que têm conhecimento das pretensões de investimento desta empresa, têm conhecimento de que se este assunto não fosse avante, corria-se o risco de os perder, assim como tem conhecimento dos objetivos, das suas obras e tudo o que pretendem fazer. São a favor do seu investimento, da criação de emprego e são a favor também da aprovação deste assunto.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº82	**Período de Intervenção do Público**

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 12 horas e 20 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves *Presidente da Mesa da Assembleia*
António Manuel Domingues *1º Secretário da Mesa da Assembleia*
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues *2ºsecretária da Mesa da Assembleia*

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "3." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 23/02/2019

("Transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado para o Município")

Após a Assembleia Municipal que teve lugar no pretérito dia 28 de Janeiro de 2019, mais dois diplomas setoriais se perfilaram para promulgação, em matéria da descentralização de competências, consagrada na Lei-Quadro das Transferências de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, concretamente os Decretos-Lei nºs 20/2019 e 22/2019, ambos de 30 de Janeiro, que regem, especifica e respetivamente, no domínio da proteção e saúde animal e segurança alimentar e no domínio da cultura.

Não voltaremos a aqui expender toda a argumentaria expressa na declaração de voto que apresentámos com relação a similar matéria discutida, e votada, na dita, anterior, Assembleia Municipal.

Diz-se no preâmbulo ou intróito do primeiro dos referidos diplomas legais que *"No setor da proteção e saúde animal, as competências a transferir para os órgãos municipais repartem-se por aquelas que dizem respeito aos animais de companhia e aquelas que dizem respeito aos animais de produção"* e, bem assim, que *"Em ambos os casos, trata-se de matérias em que a proximidade do órgão decisor à situação concreta permite a obtenção de ganhos de eficiência se a competência correspondente estiver confiada ao órgão autárquico"*.

Já com relação ao segundo dos mencionados diplomas, foi afirmado na Assembleia pelo senhor presidente da Câmara que não considerava tal legislação aplicável ao concreto caso do Município de Melgaço, tendo presente que no anexo ao referido Decreto-Lei não consta nenhum dos museus existentes no nosso concelho, tendo-nos ainda sido respondido afirmativamente quando questionado se a prevista transferência de competências se mostra tão redutora quanto considerada aplicável, única e apenas, aos museus nacionais.

O que, porém, decorre do preâmbulo de tal decreto não vai de encontro à explicação e justificação que nos foi apresentada pelo Executivo PS e pelo senhor presidente da Câmara, sendo o seu campo de aplicação na área da cultura, de facto, muito mais vasto ou amplo, pois que aí se afirma, designadamente, que

"aproveitando a vasta experiência municipal a nível da promoção de programação cultural local, bem como da gestão, valorização e conservação do património cultural, são transferidas competências de gestão, valorização e conservação de parte do património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e dos museus que não sejam denominados museus nacionais. Neste âmbito, é também transferida para os órgãos municipais a competência de gestão dos recursos humanos afetos àquele património cultural e aos museus. Prevê-se, ainda, a transferência de competências relativas ao controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística, passando a ser competência municipal receber as comunicações prévias de espetáculos de natureza artística, assim como a fiscalização da realização de tais espetáculos."

Diga-se que depois de toda a luta empreendida pelo Partido Socialista na defesa da regionalização, que veio a ser chumbada em Referendo, e da mais recente consensualização entre os dois maiores partidos políticos (PS e PSD) no tocante à descentralização de competências, custa-nos ver os Municípios a rechaçar a grande maioria das competências cuja transferência lhe vem proposta.

Concordamos que tal repúdio aconteça nas matérias ou setores onde se exija uma maior especialização dos recursos humanos a afetar (até porque mantemos que os serviços a implementar, no âmbito da transferência de competências, o devem ser se e apenas na medida em que seja possível salvaguardar a qualidade e a eficiência na sua prestação), ou mesmo dos recursos financeiros (atenta a não definição do chamado "envelope financeiro") mas a nossa concordância já não se pode estender relativamente a outros campos onde entendemos que o Município congrega os pressupostos de facto para que as transferências propostas se verifiquem desde já. É o caso dos dois domínios em causa, de resto, por nós perspetivadas de grau de complexidade de implementação menor (até pela experiência já granjeada nestas áreas).

Relembra-se que ainda recentemente o Executivo camarário PS votou favoravelmente a aprovação do "Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Melgaço", justificado com a pretensão de se instituir como prioritária a promoção da eficiência e da eficácia na prestação de serviços aos cidadãos.

No dito Regulamento pontificam as unidades e subunidades orgânicas do Município, entre as quais constam a "Unidade de Cultura, Museus e Património", cujas competências são vastas e diversificadas (ver

artigo 14º do "Anexo I" desse Regulamento), e o "Serviço Veterinário Municipal", com competências também muito bem definidas (*cfr.* artigo 6º do "Anexo II" do mesmo Regulamento).

Ora, se estão criadas as estruturas em causa, e se existem recursos humanos a elas afetos, como compreender que não se aceitem as transferências nos domínios em questão?

Relembramos que a aceitação da transferência de competências em todos os mais de vinte campos ou setores será uma obrigatoriedade ou imposição legal para os Municípios já em 1 de Janeiro de 2021, pelo que entendemos que melhor seria que o processo de adaptação ocorresse de uma forma gradual e passasse pela aceitação, imediata, das de menor expressão ou complexidade, ou daquelas para as quais os Municípios já têm criadas as estruturas orgânicas e disponíveis os meios humanos.

E voltamos a dizer que também seria de bom-tom o aproveitamento das verbas que obrigatoriamente terão de ser alocadas ou transferidas para fazer face a tais competências acrescidas, provenham elas do Fundo de Financiamento da Descentralização, dos Orçamentos dos competentes Ministérios, ou de uma qualquer outra fonte das estruturas do governo central.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 09 – Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2018

A Conta de Geência de 2018 é um documento essencialmente técnico que visa apresentar a situação económica no referido período.
A documentação presente à Assembleia Municipal apresenta, de forma clara e transparente, aquilo que foram as execuções orçamentais relativamente ao ano em causa.

Depois de termos votado favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 e após verificar uma excelente taxa de execução, para além do voto favorável não pode o Grupo do Partido Socialista, coerentemente, deixar de se congratular com o trabalho levado a efeito pelo executivo municipal e que transparece perfeitamente no documento apresentado.

È também de salientar o lançamento de inúmeros investimentos e a diminuição do endividamento a médio e longo prazo.

São resultados, da envergadura dos obtidos na presente Conta de Geência, que continuam a solidificar e a credibilizar o projeto de desenvolvimento, para o concelho de Melgaço, desta maioria socialista.

Por tudo o exposto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a Conta de Geência de 2018.

Melgaço, 3 de Maio de 2019

O Grupo Parlamentar do PS

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 07 – Análise e deliberação de assunção de compromisso plurianual

Trata-se de continuar a desenvolver um projeto e uma estratégia para o turismo de Melgaço, pretendendo afirmar o Turismo como plataforma privilegiada para o desenvolvimento económico, social e ambiental de todo o território concelhio.

Após um primeiro ano de implementação a estratégia seguida teve já resultados que necessitam de ser aprofundados e capitalizados médio e longo prazo.

È neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a assunção do presente compromisso plurianual

Melgaço, 3 de Maio de 2019

O Grupo Parlamentar do PS

Reunião 30/04/2019

Assunto nº 08 – Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00€

A Lei nº 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) prevê o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria.

Este financiamento a curto prazo também não é relevante para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terá de ser integralmente amortizado.

Neste contexto depois de aferir os meios necessários para uma boa gestão de tesouraria, no presente ano económico (2019), e prevendo que, dada a execução de projetos financiados por fundos comunitários, poderá ser necessário estabilizar os saldos do orçamento de tesouraria, o executivo propõe a contração do presente empréstimo de 600.000,00€.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada à Assembleia Municipal

Melgaço, 3 de Maio de 2019

Pel' O Grupo Parlamentar do PS